



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO nº 081/2019

Validade da Licença: 30 de maio de 2023.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Farroupilha, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 6.938/1981, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274/1990; Lei Complementar Federal nº 140/2011; Resolução CONAMA nº 237/1997; Lei Estadual nº 11.520/2000; Resoluções CONSEMA nº 023/2002, 372/2018 e suas complementações; Lei Municipal nº 4.059/2014 e Lei Municipal nº 2.690/2002; com base nos autos do processo administrativo nº **1087/2019**, concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO, nas condições e restrições abaixo especificadas:

I – Identificação

EMPRESA: **PAPELARIA E RECICLAGEM FARROUPILHA LTDA**
NOME FANTASIA: ---
CNPJ: **26.871.009/0001-61**
ENDEREÇO: **Rua Tomazo Radaelli, nº 310, Bairro Do Parque, Farroupilha/RS**
CEP: **95.170-226**

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA AS ATIVIDADES DE: **TRIAGEM E ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS CLASSE IIA e CLASSE IIB - CODRAM: 3121,20 e CODRAM: 3121,30**

COORDENADAS UTM – Datum SIRGAS 2000: **Long.: 467 290m E / Lat.: 6 767 222m S**

ÁREA DO TERRENO: **352,00 m²**

ÁREA ÚTIL CONSTRUÍDA: **209,00 m²**

ÁREA ÚTIL AO AR LIVRE: **179,00 m²**

ÁREA ÚTIL TOTAL: **388,00 m²**

MATRÍCULA: **4534, Fls. 02V, L. 02 do RI da Comarca de Farroupilha**

PORTE **Pequeno** com POTENCIAL POLUIDOR **Médio**

II – Condições e Restrições

1. Quanto ao empreendimento e a licença ambiental:

- 1.1 Esta licença **RENOVA** a LO nº 050/2017;
- 1.2 O empreendimento é composto por uma central de recebimento e triagem de resíduos classe IIA e classe IIB;
- 1.3 A empresa está autorizada a receber resíduos de: sucatas de papel e papelão, sucatas de plásticos (Polietileno tereftalato - PET, Polietileno de baixa densidade - PEBD, Polietileno de alta densidade - PEAD) e sucatas metálicas;
- 1.4 A capacidade máxima de triagem e armazenamento dos resíduos é de 530 toneladas/mês;
- 1.5 Esta licença contempla as seguintes etapas da atividade: 01: recebimento da matéria prima (resíduos de papel, papelão, plásticos, sucatas metálicas exclusivamente não contaminadas), triagem, prensagem, enfardamento e expedição;
- 1.6 Esta licença contempla a operação dos seguintes equipamentos: 01 balança, 02 prensas, 01 cintadeira e 01 picotador;
- 1.7 Todos os resíduos recebidos deverão permanecer separados conforme a origem e características principais, até sua destinação final, protegidos das intempéries, com piso impermeabilizado e cobertura;
- 1.8 A empresa não está autorizada a receber resíduos perigosos, classe I;
- 1.9 O controle do recebimento dos resíduos no empreendimento é de responsabilidade do empreendedor, devendo ser observadas as tipologias de resíduos para as quais foi autorizado a receber/triar/processar;
- 1.10 A empresa só poderá receber resíduos de empresas com seu devido licenciamento ambiental regularizado;
- 1.11 A empresa só poderá comercializar resíduos com empresas que possuem seu devido licenciamento ambiental regularizado;
- 1.12 Qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas linhas de produção, ampliação de área ou de produção, realocação, titularidade, etc.) deverá ser previamente avaliada pela SEMMA através de solicitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- 1.13 Caso haja encerramento das atividades, a presente Secretaria deverá ser oficiada através de documento protocolado junto à prefeitura, com a justificativa do encerramento das atividades e a devolução da via original da Licença de Operação;
- 1.14 As informações prestadas no processo de Licenciamento Ambiental são de responsabilidade técnica da Eng. Bioquímica Tatiane Tuchtenhagen Kieson, CREA RS 209199, ART nº 9804791;
- 1.15 O empreendedor deverá manter à disposição da fiscalização da presente Secretaria, comprovante de regularidade construtiva do imóvel para a área de 209,00m² e atividade informada nos autos do processo;
- 1.16 O descumprimento das condicionantes estabelecidas nesta licença poderá acarretar nas penas impostas do Artigo 66, parágrafo único, do Decreto Federal nº 6514/2008 (auto de infração ambiental);
- 1.17 A licença emitida está vigente em condições normais e a SEMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medias de controle e também adequação da atividade, suspender ou cancelar a licença ambiental (Resolução CONAMA 237/1997, Art. 19);
- 1.18 Este documento licenciatório perderá sua validade, caso os dados fornecidos pelo empreendedor não corresponderem à realidade;

2. Quanto aos resíduos sólidos:

- 2.1. Esta licença contempla a geração dos seguintes resíduos sólidos: lâmpadas fluorescentes, resíduos de papel/papelão varrição não perigosa, plásticos, EPIs contaminados e resíduos sanitários;
- 2.2. Os resíduos sólidos são destinados para as seguintes empresas: lâmpadas fluorescentes e varrição não perigosa;
- 2.3. Os resíduos sólidos gerados na atividade deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados, observando a NBR nº 12.235 e NBR nº 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 2.4. Fica proibida a disposição/armazenamento do resíduo em áreas contidas no domínio de Áreas de Preservação Permanente - APP, definidas no Código Florestal - Lei Federal nº 12.651/2012;
- 2.5. A responsabilidade técnica pela elaboração, execução e monitoramento do PGRS apresentado é da Eng. Bioquímica Tatiane Tuchtenhagen Kieson, CREA RS 209199, ART nº 9804791;
- 2.6. A empresa deverá manter atualizadas e disponíveis as informações completas sobre a implementação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos sob sua responsabilidade, com ART em vigor;
- 2.7. Deverá ser entregue, semestralmente, as planilhas de resíduos sólidos totais gerados, sendo entregues nos meses de janeiro e julho, detalhando a quantidade e destino de todos os resíduos gerados (a planilha encontra-se disponível em: www.farroupilha.rs.gov.br, em Secretarias / Meio Ambiente / Arquivos Downloads Meio Ambiente / Planilha Resíduos Sólidos Farroupilha);
 - 2.7.1. Junto a planilha, deverá ser anexado comprovante de destino do resíduo sólido (nota fiscal e MTR's);
- 2.8. Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, conforme Decreto Estadual nº 38.356/1998;
- 2.9. Utilizar procedimentos que evitem a propagação de odores, dispersão de poeiras e proliferação de vetores;
- 2.10. As lâmpadas fluorescentes usadas deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente em papel ou papelão de origem, e acondicionadas de forma segura para posterior devolução junto ao local de comercialização;
- 2.11. Deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais o resíduo gerado pelo processo produtivo está sendo encaminhado, pois conforme o artigo 9º do Decreto Estadual nº 38.356/1998 a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação do serviço de terceiros;
- 2.12. Deverá ser mantida à disposição da fiscalização da presente Secretaria, comprovante de destino de todos os resíduos sólidos, com sua respectiva quantidade, por um período mínimo de 2 (dois) anos;
- 2.13. As indústrias coletoras ou receptoras dos resíduos deverão fornecer para a empresa guia de recolhimento de destinação de resíduos coletados, notas de destino ou MTRs, e a cópia da licença ambiental emitido pelo órgão ambiental competente;
- 2.14. Os recipientes e embalagens, quando destinados ao acondicionamento dos produtos listados na Resolução ANTT 420/2004, e aqueles enquadráveis como resíduo perigoso de acordo com a NBR 10004 da ABNT deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao fornecedor desses produtos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2.15. O empreendedor deverá ater-se as legislações com relação ao transporte de resíduos perigosos: Lei Estadual nº 7877/1983; Portaria FEPAM 87/2018; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução ANTT 420/2004; NBR 13221/2003;

2.16. O transporte dos resíduos perigosos (Classe I, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT) gerados no empreendimento somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo "Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR", conforme Portaria FEPAM n.º 87/2018, publicada no DOE em 24 de abril de 2018;

3. Quanto ao abastecimento de água da empresa:

3.1. O abastecimento de água ocorre por meio da CORSAN, com um consumo médio de 6,0m³/mês, conforme conta de água apresentada;

4. Quanto aos efluentes líquidos sanitários e industriais:

4.1. Esta licença **NÃO** permite a geração de efluentes líquidos no processo produtivo;

4.2. Quanto aos esgotos sanitários, a empresa deverá realizar tratamento adequado do mesmo, antes do seu lançamento ao meio ambiente, com manutenção e limpeza periódica do sistema, conforme Lei Estadual nº 11.520/2000, NBR 13.969/1997, e Resolução CONSEMA nº 355/2017;

5. Quanto as emissões atmosféricas:

5.1. As emissões atmosféricas deverão respeitar as Resoluções CONAMA 008/1990 e 382/2006;

5.2. Os níveis de ruídos gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR nº 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA nº 01/1990;

5.3. As atividades exercidas pelo empreendimento deverão ser conduzidas de forma a não emitir substâncias odoríferas na atmosfera em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de sua propriedade;

5.4. Não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera;

5.5. Os equipamentos de processo, assim como os de controle de emissão atmosférica, deverão ser mantidos operando adequadamente, para garantir sua eficiência, de modo a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população;

6. Quanto aos aspectos de proteção e segurança:

6.1. Os funcionários devem utilizar equipamentos de proteção individual - EPIs, de acordo com as normas regulamentares do Ministério do Trabalho, principalmente nos setores com maior risco de acidentes;

6.2. O empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má operação do empreendimento;

6.3. A área licenciada não deve permitir a circulação de pessoas estranhas aos serviços sem a prévia orientação, bem como provida de equipamento de EPI;

6.4. Os equipamentos devem ser providos que sistema de proteção a acidentes visando a proteção dos operadores, conforme a NR 06; NR 09; NR 12, e as portarias que a acompanham;

6.5. A empresa deverá manter atualizado o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) sob sua responsabilidade;

6.6. **A empresa deverá encaminhar à SEMMA, em um prazo máximo de 120 dias, o Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio, expedido pelo órgão competente, dentro da validade.**

7. Quanto à preservação e conservação ambiental:

7.1. A licença não autoriza a supressão de nenhum tipo de vegetação ou qualquer tipo de alteração física na área da empresa, sem a prévia autorização do órgão ambiental competente;

7.2. Fica proibida a intervenção em áreas de Áreas de Preservação Permanente – APP ou de reserva legal, definidas no Código Florestal - Lei Federal nº 12651, de 25 de maio de 2012 e demais legislações pertinentes;

7.3. Deverá ser observada a legislação referente à preservação de mata nativa e, em caso de supressão de qualquer exemplar desta vegetação, deverá ser atendida a Lei Federal nº 12.651/2012 e 11.428/2006 e, no que couber, o Decreto Estadual nº 35.355/1998;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

7.4. Deverá ser observada a Lei Federal nº 11.428/2006, no que se refere ao Bioma da Mata Atlântica;

8. Quanto a publicidade da licença:

8.1. Deverá ser fixada, em local de fácil visibilidade, para fins de fiscalização.

III. Com vistas à RENOVAÇÃO da Licença de Operação, o empreendedor deverá apresentar:

A solicitação de Renovação da Licença de Operação só será aceita até 120 dias antes que a validade da Licença expire, conforme Lei Municipal 4.059 de 25 de setembro de 2014. Após esta data deverá ser solicitada nova Licença de Operação, cuja taxa a ser paga é maior.

Documentos do termo de referência, disponível em: home-page da Prefeitura Municipal de Farroupilha: www.farroupilha.rs.gov.br, em Secretarias / Meio Ambiente / Arquivos Downloads Meio Ambiente / termo de referência LO e LO de renovação.

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma a presente Secretaria, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima descritas até a data abaixo relacionada, porém, caso algum prazo estabelecido nesta Licença seja descumprido, automaticamente esta perderá sua validade. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Farroupilha, 30 de maio de 2019.

Este documento licenciatório é válido para as condições acima no período de 30/05/2019 a 30/05/2023.

TIAGO DIORD ILHA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Parecer Técnico

Matheus Sena Freitas
Eng. Químico
CREA-RS 184.705
Gaia Sul Ambiental

CÓPIA NÃO AUTENTICADA